

Notas e informações

Auc *Editorial* p 4

Açaimem-se os apetites!

Se fosse vivo, o padre Vieira talvez começasse um de seus sermões exclamando, à vista do quadro político criado a partir da Capitania do Maranhão e do Grão-Pará: "É preciso açaimar os apetites". Outra coisa não se pode fazer, se existe a intenção de salvar as instituições, senão impedir mecanicamente que a vontade de chegar à Presidência seja maior do que o desejo de salvar a Pátria, ou que o empenho em permanecer na chefia do Estado ultrapasse os limites razoáveis.

Açaimem-se, pois, os apetites, primeiro do presidente da República, que vê fantasmas por toda parte e revela ao senador Chiarelli ser vítima da campanha mais agressiva e mais bem-orquestrada que já se moveu contra um presidente da República no Brasil. Que se saiba, o presidente é criticado por haver abdicado de suas prerrogativas constitucionais e por não governar o País. Se tal crítica se inclui na campanha denunciada por s. exa., que poderia dizer o general João Figueiredo? Que a campanha que se moveu contra seu governo foi a mais bem concertada contra um presidente da República no mundo?

Na verdade, os fantasmas que o presidente Sarney vê cercar o Planalto e o Alvorada são apenas efeitos especiais produzidos por quantos desejam que o chefe do governo assuma, pelo menos, a direção da campanha das diretas em 1988, encurtando assim seu mandato. Ora, nada indica que o presidente José Sarney tenha vontade de entregar o poder tão depressa, especialmente agora que começa a realizar, com a velocidade que terão os trens da ferrovia Norte-Sul, seu grande sonho de equiparar-se a Vargas e Juscelino. É preciso conter, antes que o Tesouro estoure, o elã desenvolvimentista do presidente, cuja aspiração, embora não o confesse, é igualar-se ao general Médici, notabilizado por construir a Transamazônica, que acabou engolida pela floresta.

Açaimem-se os apetites dos srs. Ulysses Guimarães e Orestes Quéricia, que, fazendo uso de sua absoluta ausência de autocritica, acabam de comunicar ao presidente José Sarney que seis anos, como s. exa. imagina, não terá seu mandato. A luta dentro do PMDB é extremamente dura, pelo que um mandato de cinco anos é mais do que sufi-

ciente para quem corre o risco de vê-lo reduzido a quatro. Imperialmente, o procônsul e seu aliado eventual em São Paulo dão ao presidente Sarney *sursis* de um ano, que igualmente os beneficia: Ulysses Guimarães, porque estará um ano mais moço quando houver as eleições; Orestes Quéricia, porque terá um ano a mais para montar sua máquina eleitoral e lançar-se pelo Brasil afora, à busca dos votos dos que como ele se consideram "botina amarela", embora pelo Interior só se vejam tratores produzindo a supersafra.

Açaimem-se os apetites dos senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, que desejam os quatro anos (eleições diretas em 1988) porque é o tempo mínimo de que necessitam para tecer suas alianças, e o máximo que dão para o desgaste do governo Sarney, cujos principais cargos o PMDB ocupa e não larga. Quem dos dois perder na convenção, seguramente, esperará ser contemplado com o *gasparin* da governança de São Paulo. Não é a sociologia aplicada à história que diz que o Brasil é um Estado patrimonial? Os senadores do PMDB querem, pois, dividir o poder e suas benesses de tal forma que nenhum deles fique descontente.

Açaimem-se os apetites do sr. Aureliano Chaves, que, tendo perdido a oportunidade de disputar a eleição no PDS contra Paulo Salim Maluf e não tendo condições legais para ser o vice-presidente de Tancredo Neves, ocupa um ministério do qual critica a política do presidente da República e agora começa a defender as diretas em 1988. O homem probo, no qual a Nação um dia depositou suas esperanças, confunde-se com os demais, para desolação de todos.

Acima dos apetites, é preciso pensar a sério no Brasil. Enquanto os sobas dos partidos majoritários discutem se o presidente Sarney deve ter seu mandato fixado em quatro, cinco ou seis anos, a crise institucional se agrava. Agora, levantam-se vozes iradas, acusando de golpistas quantos desejam as eleições diretas-já, ou a definição imediata da duração do mandato do presidente Sarney. Ora, quem pediu que essa definição se fizesse com rapidez foi o próprio presidente José Sarney, que considerava imperioso que a Constituinte tomasse uma decisão para que o sr. Dilson Funaro

pudesse negociar a dívida externa. Quem considerou a questão da maior importância, e de solução necessariamente urgentíssima, foi o presidente da República, que cancelou visita à Índia e à China — marcada por insistência sua, a duras penas diplomáticas — para aqui ficar enquanto se discutia a questão de seu mandato. O golpista, pois, parece ser o presidente Sarney — e ninguém cometerá contra s. exa. essa injustiça. Ele apenas quer ficar os seis anos para os quais foi eleito, mas acabou inviabilizando o desejo, como o personagem da anedota, que serrou o galho em que ele próprio estava sentado.

Na verdade, a crise da duração do mandato vem do primeiro dia em que o sr. José Sarney assumiu a Presidência, pelo impedimento do presidente eleito Tancredo Neves, e se recusou a dizer ao sr. Ulysses Guimarães que quem mandava no Executivo era ele. Cedendo desde aquele fatídico 15 de março de 1985 e continuando a ceder depois do 21 de abril, o presidente José Sarney tinha de levar o País aonde o trouxe: à indefinição institucional, à crise econômica e, pior do que tudo, à saudade dos tempos do autoritarismo, que começa a permear amplas camadas sociais.

Tendo reclamado do sr. José Sarney, desde o primeiro dia, que assumisse os poderes que primeiro a Nação, pelo Colégio Eleitoral, e depois o Destino lhe haviam posto nas mãos, estamos inteiramente à vontade para dizer que a realização das eleições diretas em 1988 é a condição *sine qua non* para que se restabeleça o clima de autoridade indispensável para a execução de uma política econômico-financeira que nos permita respirar de novo. A Presidência da República — *cujos poderes o sr. Ulysses Guimarães fez questão de sabotar*, conhecendo o terreno em que pisava — só se fortalecerá mediante a união das urnas, elegendo-se o presidente em dois turnos, para que a maioria absoluta lhe dê a autoridade necessária para enfrentar o procônsul e os xiitas e para que possa impor-se a quantos imaginam ser de novo possível violentar a normalidade constitucional.

Açaimem-se os apetites e se reforce a autoridade da Presidência da República para que se salvem as instituições!